

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Segurança Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social, Políticas de Assistência Social

REFLEXÕES SOBRE “POBREZA INDÍGENA” E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A ESPECIFICIDADE DO POVO INDÍGENA PITAGUARY¹ DE MARACANAÚ/CE.

ANDRÉ LUIZ FERNANDES DA SILVA²

RESUMO:

O presente artigo tematiza sobre a Política Nacional de Assistência Social (PAS.2004), no nível da Proteção Social Básica (PSB) operacionalizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary, junto aos indígenas usuários desta política pública em Maracanaú-CE. Busca compreender as configurações desta política pública, as concepções de pobreza e noções a esta correlata – vulnerabilidade e risco sociais, bem como vislumbra apreender as particularidades das condições de pobreza indígena Pitaguary identificadas a partir dos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO).

Palavras Chaves: Assistência Social; Etnicidade, Cultura.

RESUMEN:

Este artículo se centra en la Política Nacional de Asistencia Social (PAS.2004), en el nivel de Protección Social Básica (PSB) operacionalizada en el Centro de Referencia de Asistencia Social Indígena (CRAS) de Pitaguary, junto con los usuarios indígenas de esta política pública en Maracanaú. -CE. Se busca comprender las configuraciones de esta política pública, las concepciones de pobreza y nociones relacionadas con ella - vulnerabilidad y riesgo social, así como comprender las particularidades de las condiciones de pobreza de los indígenas Pitaguary identificadas a partir de datos del Registro Único de Programas Sociales (CADÚNICO).

¹ Os Pitaguary, descendentes dos indígenas potiguaras, povos originários que habitavam desde o norte da Paraíba até o leste do litoral cearense e que foram adentrando as cercanias praianas desse estado em virtude da colonização portuguesa.

² Universidade Estadual do Ceará

Palabras clave: Asistencia Social; Etnia, Cultura.

INTRODUÇÃO.

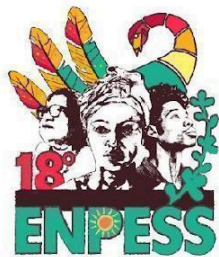
O presente artigo tematiza sobre a Política Nacional de Assistência Social (PAS.2004), no nível da Proteção Social Básica (PSB) operacionalizada no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Indígena Pitaguary, junto aos indígenas usuários desta política pública em Maracanaú-CE. Busca compreender as configurações desta política pública, as concepções de pobreza e noções a esta correlata – vulnerabilidade e risco sociais – conforme inscritas nas suas normativas e orientações, bem como vislumbra apreender as particularidades das condições de pobreza indígena Pitaguary identificadas a partir dos dados do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO). Parte-se do princípio de que a compreensão desse conceito e suas correlatas são fundamentais para um direcionamento efetivo nas ações dessa unidade socioassistencial, executor da Política de Assistência Social.

O fenômeno da pobreza associado, via de regra, à perspectiva de renda, encarna o ponto agudo da desigualdade social intrínseca ao processo de produção e reprodução capitalista. Já os termos vulnerabilidade e risco social³ aparecem como expressões correlatas da pobreza e carregam uma multiplicidade de significados e interpretações, abarcando contextos sociais, políticos e que chegam a envolver a própria individualidade. No Brasil, os termos vulnerabilidade e risco social ganham vulto e corpo com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social⁴ em 2004.

Com relação a aplicabilidade dos termos (pobreza, vulnerabilidade e risco) em sociedades tradicionais, onde valores capitalistas, como o de acumulação, muitas vezes parecem não encontrar espaço, a articulação da PNAS, que só recentemente se aproximou dessas populações, pode se configurar um grande desafio no sentido de oferecer condições de superação de situações que a lógica capitalista, nessa perspectiva neoliberal define, e que contradiz toda uma cosmologia instituída e vivenciada pelas populações originárias.

³ Estes dois últimos termos tornaram-se mais frequentes quando das análises sobre a nova questão social realizada por Castel (1980), Rosanvallon (1982) e Paugan (1985) após o ressurgimento do projeto político e econômico liberal no início dos anos de 1970, como forma de retomada da economia dos países do primeiro mundo e com refrações principalmente na periferia do capitalismo

⁴ Como forma de organizar a proteção social, esta foi dividida em básica e especial, definindo assim os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS), ambas unidades públicas de atendimento e referência para a realização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. A Proteção Social Básica (PSB) está voltada mais para o campo das situações de vulnerabilidades, procurando meios e recursos para se evitar os riscos sociais, campo de atuação de Proteção Social Especial (PSE).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. A construção social da pobreza e a sua atualidade no campo da proteção social⁵.

A abordagem dessa temática está baseada na concepção de pobreza como manifestação da questão social⁶, fruto das relações vigentes dentro de uma sociedade cujo padrão de acumulação é regido pelo capitalismo que, em sua forma constituída, traz a marca da produção e da reprodução da desigualdade social representada pela convivência contraditória entre miséria e acumulação.

Assim, os ditos “pobres” são frutos desse processo e relação que, dentro de um plano social, político, cultural e econômico do sistema capitalista, lhes define um lugar na sociedade. Lugar social esse marcado pelo desrespeito às suas formas de expressão e demandas, pela desqualificação de suas crenças e cultura, os quais são geralmente associadas à sua condição de classe. (BEZERRA, 2011). Nessa perspectiva, o “ser pobre” ou “tornar-se pobre” implica em submissão a processos de estigmatização e marginalidade, ampliando essa referência quando isso ocorre com populações distintivas historicamente como as indígenas e negras.

A pobreza torna-se categoria histórica e socialmente construída, portanto, essa mesma pobreza é tomada como simples fenômeno natural ou fruto de escolhas simplesmente pessoais. Dessa forma acentua expressões interseccionais de desigualdades no mundo social, a considerar, além das dimensões de classe, as de gênero, étnico-raciais, regionais e territoriais, a depender das distintas formações sócio-históricas dos países nos quais se materializa.

O “ser pobre”, na versão recorrentemente disseminada no capitalismo⁷, em especial o brasileiro, tem se reportado, necessariamente, à falta de condição de prover sua própria subsistência. É essa noção que está na base dos programas sociais do governo⁸ que tem se

⁵ No corpo da PAS está descrito que proteção social são as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como velhice, a doença, o infortúnio, as privações (...) Neste conceito, também, tanto as formas de seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social.

⁶ Para Yamamoto (2008) A questão social como parte constitutiva das relações sociais capitalistas (totalidade) ⇔ expressão ampliada das desigualdades sociais e lutas político-culturais dela decorrentes. Questão social é a outra face do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social sob a lógica do capitalismo.

⁷ Contudo, essa lógica de inserção social nem sempre fez parte da história da humanidade, ela surge no século XVIII, com a destituição da velha ordem social do feudalismo, baseada em laços de solidariedade; vicinal e familiar - suseranos e vassalagem/servidão - e o surgimento de uma ordem voltada para um modelo de economia de mercado. (SCHWARTZMAN, 2004).

⁸ O conceito de pobreza adotado pelo governo Federal brasileiro é balizado pela definição de pobreza do FMI, que caracteriza pobre toda pessoa que vive com menos de U\$ 1,50 por dia, mais as informações do Censo aplicado a Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Desse parâmetro tem-se que a pobreza é a incapacidade de uma pessoa em sobreviver como um mínimo necessário para a sua sobrevivência biológica. O conceito de extrema pobreza torna esse quadro mais agudo, portanto, pode ser entendida como um conjunto de condições que, para além



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tornado cada vez mais focalizados em consonância com o projeto de contra reforma do Estado nacional, hoje atrelado ao ideal neoliberal.

O vetor da mobilidade e sobrevivência social é a inserção do homem na esfera econômica. É o mercado formatando a tessitura social, pobreza e miséria fazem parte do processo de mercado, da lógica da sociabilidade capitalista. Elas são fruto do alicerce capitalista, conforme enunciou Marx, como o cerne do Modo de Produção Capitalista (MDP) cujo resultado é a transformação de pessoas em seres descartáveis, redundantes, reduzidos a coisa, ou seja, mercadorias. É a demonstração máxima do processo de alienação⁹ enquanto ser humano genérico. Assim, é necessário entender suas delimitações diante e perante quem a vivencia.

No tocante a relação pobreza, de acordo com a proteção social, o texto normativo da Política Nacional de Assistência Social (PAS), o público usuário desta política pública não contributiva são **cidadãos e grupos em situações de vulnerabilidade social e riscos sociais**, configurados a partir das situações a saber:

população que vive em situação de pobreza decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos -relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). **Risco Social** - famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultura e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS,2004:33).

E quando os(as) usuários(as) da Política de Assistência Social são indígenas? Enquanto segmento populacional inscrito em histórica condição de pobreza multidimensional, os povos indígenas têm sido reconhecidos, pelo Estado brasileiro, como público usuário, por excelência, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), conforme explicitado em suas principais normativas jurídico-políticas.

Dessa forma, a Política de Assistência Social também foi chamada a garantir ações socioassistenciais culturalmente adequadas e atentas às especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais, bem como sintonizadas com o arcabouço jurídico pertinente a esta

da questão biológica, envolve aspectos materiais e que também comprometem a sobrevivência, tais como: falta de banheiro de uso exclusivo, não ter residência com ligação da rede geral de esgoto ou fossa séptica, não ter acesso a água potável, estar em área rural sem condições de acesso à rede geral de distribuição de água, poço ou nascente, não ter energia elétrica, ter pessoas analfabetas na composição familiar, a residência ter pelo menos três moradores de até 14 anos de idade ou ter pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade. (MDS, 2010, p. 14).

⁹Tomamos aqui o conceito de alienação em Marx. Para esse autor são cinco as formas de alienação, a saber: 1 – *Alienação do ser-genérico*; 2 – *Alienação do objeto*; 3 – *Alienação de si*; 4 – *Alienação do homem*; 5 – *Alienação do trabalho*. Conferir BINS, Milton. *Introdução à Sociologia geral*. 3ª ed. Porto Alegre: Mundo jovem, 1985.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

prerrogativa. Contudo, foi com a inserção de povos e Comunidades Tradicionais – dentre os quais se inserem os indígenas no CadÚnico, a partir de 2006, que esta política pública teve condições de “radiografar” as reais condições de vida desse segmento populacional, a população indígena tornou-se também grupo prioritário de atendimento/acompanhamento do SUAS, nos dois níveis/tipos de proteção social ofertada: PSB e PSE.

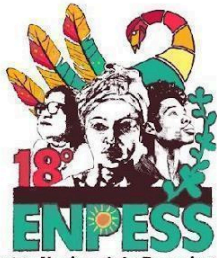
No âmbito da PSB, merece destacar o ofício circular nº 18, de 08 de setembro de 2005, que orientou a construção de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atendimento específico a essas comunidades. Contudo, o financiamento ou cofinanciamento, por parte dos entes integrados, só poderia ocorrer se a Terra Indígena estivesse devidamente identificada e sua regularização (demarcada ou homologada) atestada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁰. Aspecto problemático para a consecução dos objetivos de garantia de direitos socioassistenciais, posto que o reconhecimento social é processual e exige construções identitárias, análises antropológicas, mudanças culturais profundas neste país, sobretudo, em termos de respeito às diferenças destes povos originários.

Até o ano de 2016, apesar das diversas regulamentações pelas quais passou a PNAS (2004) e o SUAS (2005; 2011), nenhuma norma, decreto ou portaria tratou, diretamente, sobre o trabalho socioassistencial específico a ser realizado junto e/ou com as populações indígenas. Naquele ano, foi lançado o **Caderno de Orientação sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas**, do Ministério do Desenvolvimento Social e Cidadania (MDS, 2016). Este documento indica que o trabalho com famílias indígenas deve orientar-se pelo respeito às tradições e costumes de cada povo e pelo primado da necessária de participação da comunidade na formatação das ações a serem implementadas e realizadas pela equipe do CRAS junto a seus povos.

Em 2017, foi lançado pelo MDS o texto informativo **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica**, que logo na sua apresentação destaca:

Boa parte dessas comunidades ainda se encontram na *invisibilidade, silenciada* por pressões econômicas, fundiárias, processos de *discriminação e exclusão social*. A partir desse cenário, a Proteção Social Básica estabeleceu como foco nos últimos anos a qualificação da oferta de seus serviços aos povos e comunidades tradicionais, trabalhando na *lógica da matricialidade familiar e comunitária*, levando em consideração a grande *diversidade sociocultural das famílias*. (...). É a partir do *olhar sobre o território e da escuta*

¹⁰Aspecto problemático para a consecução dos objetivos de garantia de direitos socioassistenciais, posto que o reconhecimento social, por parte das instâncias estatais, e o autorreconhecimento, por parte dos próprios indígenas, é processual e exige construções identitárias, análises antropológicas, mudanças culturais profundas neste país, sobretudo, em termos de respeito às diferenças destes povos originários.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

qualificada no atendimento às famílias que se fortalece a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (MDS, 2017, p. 04).

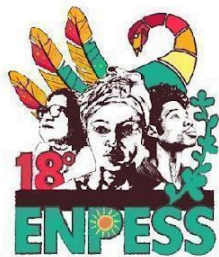
O supracitado documento reforça a proposta de uma PAS que recusa a ideia do universalismo eurocêntrico e homogeneizador de coisas, pessoas e territórios vividos, para fins de evitar o apagamento/ invisibilidade social e silenciamento histórico das diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas pertinentes aos povos indígenas. Reafirmando o seu trabalho voltado para pessoas e grupos em situação de pobreza multidimensional, este último documento orientava às equipes de trabalhadores do SUAS, no desenvolvimento de seu trabalho junto aos indígenas, a:

contemplar outras formas de vulnerabilidade, tornando visíveis pessoas tradicionalmente invisíveis ou excluídas socialmente. Reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas. (MDS, 2017, p. 06).

Isso implica a adoção de uma Assistência Social, enquanto política pública, com capacidade de apreensão e reconhecimento das diferenças socioculturais, atenta ao arcabouço jurídico que permeia a realidade dos povos originários e, desta maneira, considere a legitimidade de suas demandas, falas e especificidades enquanto portadores de uma cosmovisão peculiar, observando suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas, religiosas (ou do âmbito da espiritualidade).

Nesta interpretação, a vulnerabilidade à brasileira abrange os campos socioeconômico e civil, a trazer como característica a marca de uma cidadania precária que, mesmo com a inscrição de direitos no quadro das garantias legais/ jurídico-políticas, de fato não se materializa no cotidiano da população. A garantia e a extensão de direitos básicos ocorrem de forma irregular ou incompleta, tornando o processo da cidadania truncado ou subcidadania (KOWARICK, 2010). Por outro lado, temos o viés político cultural da neutralização dos fatos através do sufocamento das tentativas de desestabilização da ordem através de mecanismos de invisibilização, silenciamento e desqualificação social. Dentre estes (as), merecem destaque os povos indígenas, em especial quando desigualdades/vulnerabilidades sociais/pobreza e discriminações étnico-raciais entrecruzam-se e complexificam-se neste século XXI.

O Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas calculava que, em 2000, existiam entre seis e sete mil idiomas ativos ao redor do mundo. E, deste total, 90% tenderá a desaparecer nos próximos 100 anos em decorrência do processo de globalização, que tende a nivelar culturas, através da proposta de um desenvolvimento social verticalizado, bem como via avanço tecnológico, na busca de uma homogeneidade linguística. Concordam também os participantes desse Fórum, que a falta de espaço político, desses grupos, povos e comunidades,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na deliberação de políticas públicas e sistemas de governo poderá levar, em médio prazo, a um desaparecimento das culturas e das cosmovisões indígenas.

Assim, o tema dos grupos indígenas como um grupo socialmente vulnerável, dentro de um contexto de globalização e suas implicações têm se tornado pertinente tanto por ser uma questão sociopolítica, como pelo caráter humanista que essa problemática carrega.

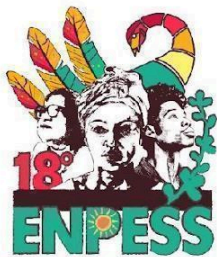
2. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e os dados sobre as condições de vida dos Pitaguary.

Criado em 2001 e regido por meio do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, o Cadastro Único foi implementado concomitante ao momento em que os programas de transferência direta de renda se iniciavam, com expectativa de que fossem um eficaz instrumento de enfrentamento à pobreza. Assim, era necessária a implantação de uma base de dados comum para identificar a população nessa condição, favorecer tanto a distribuição de benefícios como para tornar a avaliação dos programas mais eficazes, conforme esclarece o documento do MDS:

Além de servir como referência para os diversos programas sociais de concessão de benefícios, ele também permite que estados e municípios identifiquem melhor os riscos e vulnerabilidades sociais, favorecendo o intercâmbio e a cooperação entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal) permitindo o aprimoramento dos processos de gerenciamento e das ferramentas do Cadastro Único. Dessa forma o CadÚnico tornou-se a mais apurada base de dados e importante ferramenta de planejamento e gestão de programas e políticas sociais para todas as esferas de governo¹¹.

Esse cuidado se faz necessário também para que não haja confusão na definição de situações de pobreza e extrema pobreza simplesmente a partir de critérios oficiais, pois se incorre no erro de se incluir equivocadamente famílias em programas sociais gerando assim “uma situação desagregadora na organização social desses povos” (MDS, 2011, pág. 27). Contudo, esse documento não oferece uma metodologia para essa orientação, ficando sua aplicabilidade difusa ou sem efeito.

¹¹Para o trabalho com populações específicas, como as indígenas, o MDS lançou em 2011 o **Guia de Cadastramento de Famílias Indígenas**, objetivando uma ação mais qualificada por meio do mapeamento da demanda. Como ferramenta de identificação e caracterização de famílias de baixa renda é utilizado no cadastramento de famílias indígenas por serem essas, “vítimas de situação de insegurança alimentar, nutricional e vulnerabilidade social, tendo suas origens no passado colonial de nossa sociedade” (MDS, 2011, p. 26), principalmente aquelas que estão situadas nos arredores dos médios e grandes centros urbanos, onde o esgotamento dos recursos naturais se torna um imperativo para o pleno desenvolvimento de seus métodos tradicionais de autonomia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

3. Os Pitaguary por número de pessoas, família, domicílio, localidade e gênero no Cadastro Único¹².

Em 2023, do quantitativo de 60.542 famílias cadastradas na base do CadÚnico em Maracanaú, 2% pertenciam a etnia Pitaguary, o que significa o registro de 1075 famílias, distribuídas entre as localidades do Horto, com 409 unidades familiar, Olho D'água¹³, com 353 e Santo Antônio, com 313 domicílios, compondo um universo de 2.981 pessoas cadastradas. Desse universo, 1.312 são do sexo masculino e 1.669 do sexo feminino. Com relação a taxa de atualização cadastral, o CRAS Indígena atinge a marca de 88% de cadastros atualizados o que nos garante a atualidade dos dados coletados.

Quanto às condições socioeconômicas do povo Pitaguary, a partir das informações sobre renda e trabalho, o Cadastro Único indicou que no ano de 2023, das 1.075 famílias cadastradas, 555 vivenciavam situação de extrema pobreza, o que implica uma média per capita de rendimentos entre R\$ 0,00 e R\$ 218,00. Na situação de pobreza, o quantitativo de famílias ficou em torno de 61, indicando que a média per capita desses núcleos girou entre R\$ 218,01 e R\$ 330,00. Portanto, o cadastro Único indicou, no ano 2023, a existência de 616 famílias indígenas inseridas nos patamares de extrema pobreza e pobreza.

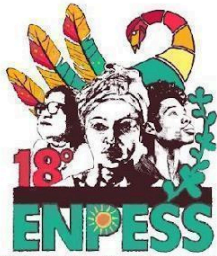
A realidade Pitaguary não é isolada¹⁴ e se soma ao montante de desigualdade que neste país manifesta-se de forma acentuada e está ligada à própria formação sócio-histórica brasileira, estando ligada ao próprio sentido da colonização e seus consequentes desdobramentos como a escravidão indígena, negra, o autoritarismo e ao desrespeito às conquistas da classe trabalhadora¹⁵.

¹² Esses dados são referentes ao recorte temporal da pesquisa, 2014 a 2019. Contudo como existe a indicação de que as famílias atualizem seus cadastros a cada dois anos, podemos considerar a atualidade média desses dados.

¹³ Vale ressaltar que as localidades do Horto e Olho D'água possuem população indígena residente fora da Terra Indígena demarcada pela FUNAI.

¹⁴ Boa parte dessas comunidades ainda se encontram na **invisibilidade, silenciada** por pressões econômicas, fundiárias, processos de **discriminação e exclusão social**. A partir desse cenário, a Proteção Social Básica estabeleceu como foco nos últimos anos a qualificação da oferta de seus serviços aos povos e comunidades tradicionais, trabalhando na **lógica da matricialidade familiar e comunitária**, levando em consideração a grande **diversidade sociocultural das famílias** como forma de dar o devido atendimento. É a partir do **olhar sobre o território e da escuta qualificada no atendimento às famílias** que se fortalece a implementação de ações de caráter **preventivo, protetivo e proativo**. (MDS, 2017, p. 04).

¹⁵ Essa condição, que é marca das economias periféricas, dependentes e colonizadas, tem, no Brasil, uma característica mais distintiva, pois sendo uma das grandes economias do mundo ocupa de acordo com relatório do Fórum Econômico Mundial o 60º lugar entre 82 no ranking que mede a possibilidade de mobilidade social. Segundo o referido relatório um brasileiro nascido em um baixo patamar de renda levaria no mínimo nove gerações para alcançar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O que a realidade brasileira atualmente vivencia não está dissociado de uma conjuntura político-econômica mundial iniciada com a nova estruturação do capitalismo¹⁶ como resposta à crise do fordismo e ao modelo de bem-estar social, instituído no pós-guerra como resposta à crise mundial.

Dessa forma, se percebe a proposta de uma PAS que recusa a ideia do universalismo eurocêntrico e homogeneizador de coisas, pessoas e territórios vividos, para fins de evitar o apagamento/ invisibilidade social e silenciamento histórico das diferenças sociais, culturais, políticas e econômicas pertinentes aos povos indígenas. Reafirmando o seu trabalho voltado para pessoas e grupos em situação de pobreza multidimensional, o documento **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica** orientava às equipes de trabalhadores do SUAS, no desenvolvimento de seu trabalho junto aos indígenas, a:

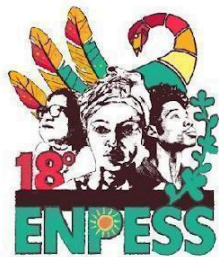
contemplar outras formas de vulnerabilidade, tornando visíveis pessoas tradicionalmente invisíveis ou excluídas socialmente. Reconhece que as discriminações étnicas e raciais são promotoras de vulnerabilidades que devem ser enfrentadas. A PAS somente será universal se for equânime e só será equânime se reconhecer as diferenças e especificidades de seus usuários. É necessário desconstruir práticas que historicamente obscurecem diferenças, aprofundam desigualdades e ampliam assimetrias, tornando importante uma mudança de paradigma na área de Proteção Social no país. (MDS, 2017, p. 06).

Isso implica a adoção de uma Assistência Social, enquanto política pública, com capacidade de apreensão e reconhecimento das diferenças socioculturais, considere a legitimidade de suas demandas, seu lugar de fala e especificidades enquanto portadores de uma cosmovisão peculiar, observando suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas, religiosas (ou do âmbito da espiritualidade). E, desta feita, consiga construir, neste campo socioassistencial estatal, formas de intervenção que venham a configurar, de certo modo, ações afirmativas capazes de fortalecer a perspectiva de participação ativa e no controle social desta política pública.

4. As particularidades da PAS no CRAS Indígena Pitaguary

um patamar de renda média do país. O documento, que leva em consideração dez índices, indica as seguintes posições para o Brasil: aprendizagem (80^a), instituições inclusivas (74^a), oportunidade de trabalho (69^a), qualidade e equidade da educação (65^a), distribuição justa de salário (64^a), saúde (60^a), acesso à educação (57^a), acesso à tecnologia (56^a), condições de trabalho (39^a) e proteção social (38^a).
Fonte: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/01/22/ranking-social-global-brasil-mobilidade-ocial.htm?aff_souce=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996. Acesso em 22/07/2020.

¹⁶ Me refiro ao Neoliberalismo que, no Brasil, aportou no governo do então presidente Collor de Mello (1990-1992), primeiro presidente eleito de forma democrática, após o período de ditadura no qual o país mergulhou desde o golpe militar em 1964, o qual foi seguido pelos dois mandatos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003), que em consonância com proposta de internacionalização e globalização da economia e balizado com as determinações de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), conseguiu aprofundar a desigualdade social no território nacional. Os governos Petistas (2004/2016) conseguiram através de grandes acordos internos minimizar os impactos da crise econômica mundial, através da ampliação e capilaridade de políticas sociais e injeção de capital junto as grandes empresas para baratear os custos da produção, garantindo assim uma confortável margem de lucro para o setor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O Centro de Referência de Assistência Social Indígena Pitaguary, inaugurado em 2006, encontrou o território indígena envolto nos quadro de refrações da questão social – desemprego, habitação precarizada, drogadição, violência doméstica, dentre outros – a etnia Pitaguary, assim como outros povos indígenas, apresenta demandas específicas à política de assistência social, a suscitar do Estado e dos serviços públicos atividades que atendam a contento suas demandas e anseios, materializando-se não só pela via da transferência de renda, mas também por meio do Trabalho Social com as Famílias (TSF)¹⁷ e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O trabalho realizado no CRAS volta-se também para a contribuição no fortalecimento da identidade étnica¹⁸ através: da promoção da participação indígena no planejamento das ações desenvolvidas pelo equipamento; da escuta qualificada norteada pelo viés cultural; do respeito à autonomia familiar e comunitária; do fortalecimento cultural e identitário e na defesa dos seus direitos.

Esse conjunto de ações exige da equipe técnica e demais funcionários conhecimento e interação na comunidade, tencionando meios para a intervenção numa determinada sociedade. Fazendo-se necessário compreender a cultura, as vivências da população usuária, a fim de conhecê-la para promover uma atuação efetiva, de acordo com às necessidades da localidade. A este fenômeno identificamos como o processo de territorialização nos espaços de CRAS, momento de fundamental importância para uma atuação qualificada e propositiva, de maneira a respeitar as especificidades da comunidade, e envolver então diferentes atores, seja a população usuária, seja a equipe de profissionais do CRAS (ALMEIDA, 2011). Aqui vale evidenciar o aprendizado de que:

Índio não é uma questão de coçar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotipificante, mas sim uma questão de 'estado de espírito'. Um modo de ser e não um modo de aparecer. Na verdade, algo mais (ou menos) que um modo de ser: a indianidade designava para nós um certo modo de devir, algo essencialmente

¹⁷As famílias indígenas Pitaguary sinalizam, por meio das suas vivências, costumes e particularidades, que à primeira vista se confundem com as características de famílias não indígenas, fruto possivelmente do que Oliveira (1998) denomina de "índios misturados". Contudo, basta observá-los por um relativo tempo que é possível identificar especificidades próprias desta comunidade. O Toré representa um rito muito importante para eles. Esta dança indígena é realizada principalmente em dias de festejos, tendo como principal o realizado no dia 12 de junho, momento em que se reúnem os povos de todas as aldeias (Horto, Olho D'água, Santo Antônio e Monguba), etnias próximas e visitantes para juntos dançarem o Toré em torno da Mangueira bicentenária, localizada na aldeia mãe (Santo Antônio). Outros momentos de exaltação dessa cultura são as festas do milho em julho, da cabana em novembro e da banana em janeiro.

¹⁸Esse fortalecimento pode gerar e/ou ampliar o sentimento de pertencimento ao território, provocar uma autocompreensão e autoestima nas famílias, grupo e coletividade. Esse processo dá condições objetivas desses sujeitos se conhecerem ou se reconhecerem enquanto sujeitos históricos e donos da sua história.

invisível, mas nem por isso menos eficaz[...] (VIVEIROS DE CASTRO, s/d *apud* BARROSO, 2011, p. 24 *apud* ALMEIDA, 2011, p. 35).

Vale mencionar que a materialidade da assistência social depende, ainda, das elaborações conjunturais da sociedade que, na contemporaneidade, estão totalmente à mercê de orçamentos pífios e de direcionamentos políticos que mais aniquilam a promoção da assistência social que a garantem.

Compreendendo a necessidade de se aproximar das especificidades dessa etnia, do seu aspecto cosmológico, captando seu modo de ver e viver sua realidade e objetivando a propositura de um trabalho mais direcionado às suas expectativas em obediência às orientações sobre o trabalho com populações específicas, foi elaborado o Planejamento Estratégico Pitaguary¹⁹.

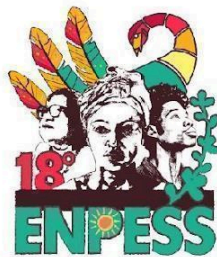
Desse encontro pode-se compreender qual a definição de pobreza, vulnerabilidade e risco para os Pitaguary. Como conceito geral, pobreza para eles, vai além do que é definido pelo Estado, compreendem que a questão econômica hoje é balizar, entendem que vivem inseridos em uma economia de mercado, onde há a venda de sua força de trabalho. Contudo, esse conceito de “pobreza” se ressignifica quando se definem pobres pela falta de condições de possibilidades de afirmação étnica, ou seja, sentem-se pobres quando não conseguem exteriorizar e garantir meios e formas de consolidar sua condição de povo originário.

As vulnerabilidades e riscos foram dispostos em eixos que, a partir do lugar de fala dos próprios Pitaguary, definiram, assim, o que eram essenciais para sua auto expressão. O quadro resumo abaixo, traz os principais resultados desse momento que mobilizou o povo Pitaguary, a partir do seu lugar de fala.

Quadro de vulnerabilidade e risco social - Pitaguary.

EIXO	VULNERABILIDADES	RISCO
------	------------------	-------

¹⁹ Esse planejamento ocorrido em 2010, reuniu Cacique, Pajé, as principais lideranças, e representantes por idade (a partir dos 16 anos) de cada uma das três aldeias situadas no município. O documento produzido não final do encontro ainda serve como principal baliza na conformação de planos e projetos entre os Pitaguary.

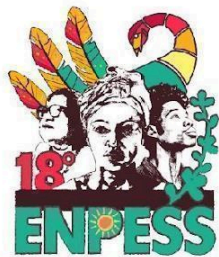


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<p>SAÚDE E ESPIRITUALIDADE</p>	<p>FALTA DE UM ESPAÇO COMUM PARA A PRÁTICA DA RELIGIOSIDADE INDÍGENA;</p> <p>ESCASSEZ DE EVENTOS INTERNOS COORDENADOS PELO CACIQUE E PAJÉ;</p> <p>POUCA PRESENÇA INDÍGENA EM EVENTOS CULTURAIS;</p> <p>POUCA OU NENHUMA ARTICULAÇÃO ENTRE CURADORES INDÍGENAS;</p> <p>FALTA DE ORALIDADE ENTRE OS MAIS VELHOS E MAIS NOVOS NO REPASSE DAS CONCEPÇÕES DE MUNDO INDÍGENA (cultura, espiritualidade e história);</p> <p>FALTA DE ENCONTROS ENTRE ETNIAS PARA DISCUSSÃO SOBRE FORTALECIMENTO DE CULTURA</p>	<p>ENFRAQUECIMENTO DA ESPIRITUALIDADE COLETIVA E ENTRADA DE OUTRAS RELIGIÕES;</p> <p>DIMINUIÇÃO NO ASPECTO SIMBÓLICO DAS FIGURAS DO CACIQUE E PAJÉ;</p> <p>INVISIBILIDADE ÉTNICA;</p> <p>PERDA DO CONHECIMENTO SOBRE O PODER DE CURA COM AS MÃOS E ERVAS;</p> <p>PERDA DA COSMOLOGIA INDÍGENA</p> <p>ESQUECIMENTO E INVISIBILIDADE E SUBSTITUIÇÃO POR VALORES DOS BRANCOS</p>
<p>SUSTENTABILIDADE</p>	<p>CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA DINAMIZAR AS AÇÕES E O POTENCIAL ECONÔMICO;</p> <p>FALTA DE EXPANSÃO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS COM PLANTAS MEDICINAIS;</p> <p>FALTA DE UM BANCO DE SEMENTES DE ESPÉCIES NATIVAS;</p> <p>FALTA DE UM SÍTIO DE IDENTIFICAÇÃO PITAGUARY;</p> <p>FALTA DE UM ESPAÇO PARA A DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PITAGUARY;</p>	<p>PRECARIEDADE NO PROCESSO AGRÍCOLA E ANIMAL;</p> <p>DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO E QUEBRA DE UM PADRÃO CULTURAL;</p> <p>ESPÉCIES RESISTENTES E TRADICIONAIS SE ACABEM;</p> <p>PERDA DA ORIGINALIDADE DOS TRAÇOS ÉTNICOS GRIFADOS NOS TRABALHOS MANUAIS;</p> <p>PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR ATRAVESSADORES COM GANHOS SUPERIORES.</p>
<p>EDUCAÇÃO E CULTURA</p>	<p>DIMINUIÇÃO DE ARTESÃOS CONHECEDORES DA ARTE DO BARRO, MADEIRA, CIPÓ E PALHA;</p> <p>REVITALIZAÇÃO DE PONTOS HISTÓRICOS;</p> <p>DIMINUIÇÃO PELO INTERESSE DA DANÇA DO TORÉ;</p> <p>FALTA DE AMOSTRAS CULTURAIS INDÍGENAS</p>	<p>PERDA DA PRÁTICA DE MANUSEIO E CONFEÇÃO DE ARTESANATO COM ESSES MATERIAIS;</p> <p>INVISIBILIDADE HISTÓRICA PELA PRÓPRIA ETNIA. COMO PELA POPULAÇÃO NÃO ÍNDIA;</p> <p>PERDA DA PRÁTICA E CONHECIMENTO DO TORÉ PELOS MAIS NOVOS COMO UM ATO ESPIRITUAL, CULTURAL E POLÍTICO;</p> <p>DIMINUIÇÃO DO FORTALECIMENTO DA CULTURA INDÍGENA FRENTE A CULTURA DO BRANCO</p>
	<p>FALTA DE UM PENSAMENTO HEGEMÔNICO SOBRE A UNIÃO ENTRE AS ALDEIAS;</p> <p>POUCA ARTICULAÇÃO ENTRE LIDERANÇAS PARA REALIZAÇÃO DE</p>	<p>CADA ALDEIA SEGUIR POR SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, ESQUECENDO QUE OS PITAGUARY SÃO UM POVO SÓ;</p>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<p>POLÍTICO</p>	<p>FORÚNS, SEMINÁRIOS, ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES GERAIS SOBRE PROBLEMAS DA ETNIA;</p> <p>FALTA DE UM TRABALHO COM AS CRIANÇAS PARA IREM DESDE CEDO SE INCORPORANDO A VIDA POLÍTICA DA ALDEIA;</p> <p>FALTA DE CANAIS DE COMUNICAÇÃO PARA INTERNALIZAÇÃO DE PLANEJAMENTO ÚNICO;</p> <p>FALTA DE AÇÕES DE INTERCÂMBIO ENTRE AS ALDEIAS;</p> <p>FALTA DE EVENTOS CONJUNTOS ENTRE AS ALDEIAS.</p>	<p>CADA ALDEIA IR SE TORNANDO AUTONOMA SEM OBSERVAR QUE OS PROBLEMAS SÃO COMUNS;</p> <p>A PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO DAS RAMAS NOVAS IR SE ESVAINDO;</p> <p>A DIMINUIÇÃO DO SENTIDO DE UM SÓ POVO;</p> <p>O ENFRAQUECIMENTO DO ELO ENTRE AS ALDEIAS, O QUE GERA ROMPIMENTO E ODESENVOLVIMENTO DE INTERESES INDIVIDUALIZADOS;</p> <p>O POVO PITAGUARY NÃO SE PERCEBER COMO UM SÓ, INDEPENDENTE DAS CRACTERISTICAS DE CADA ALDEIA.</p>
<p>SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE</p>	<p>ASPECTO DE ABANDONO EM QUE SE ENCONTRA A ENTRADA DA ALDEIA;</p> <p>POLUIÇÃO DO RIO ATALAI</p> <p>NÃO CONSCIÊNCIA DO PREJUÍZO CAUSADO PELO LIXO ÀS MATAS, AOS ANIMAIS E ÀS FONTES DE ÁGUA;</p> <p>PROXIMIDADE DO CENTRO DE ZOOOSE DA ALDEIA OLHO D'ÁGUA;</p> <p>DIMINUIÇÃO DE FLORA E FAÚNA, EM DECORRÊNCIA DO DESMATAMENTO;</p> <p>FALTA DE APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURISTICO DE TRILHAS ECOLÓGICAS</p>	<p>DESAPARECIMENTO DO ATO DE CUIDAR, ZELAR A MÃE TERRA, A NOSSA CASA. CUIDAR DO TERRENO É ZELAR PELA MÃE TERRA;</p> <p>POSSÍVEIS DOENÇAS, POLUIÇÃO DE MATERIAL PLÁSTICO;</p> <p>PERDA DA QUALIDADE DE VIDA E DA NATURALIZAÇÃO DO DESCASO COM A MÃE TERRA;</p> <p>PREJUIZO AO RIO E Á VIDA QUE LÁ EXISTE PELO DESCARTE DE ÁGUA USADA NO CENTRO DE ZOOOSE;</p> <p>EMPOBRECIMENTO DA SUSTENTABILIDADE;</p> <p>SUB-APROVEITAMENTO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DA ALDEIA E CAPACITAÇÃO DA POPULAÇÃO PRINCIPALMENTE OS JOVENS.</p>

Elaboração autoral.

Esse processo foi extremamente desafiador e recompensador. Desafiador porque ouvi-los em suas necessidades sociais, perspectivas e decepções favoreceu um novo olhar sobre a atuação da PAS neste território vivido. Recompensador porque as ações traçadas a nível da proteção social básica, tendo como base os eixos elencados no Plano Estratégico, passaram a ter a marca da realidade da comunidade e com isso uma maior participação e adesão nas ações



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

propostas. O resultado tem um aspecto simbólico relevante, qual seja: a consciência da comunidade de que as ações do CRAS são balizadas pelas necessidades sociais desta população e que se, muitos dos resultados ficam aquém do esperado, são em decorrência de fatores que extrapolam as direções tomadas²⁰.

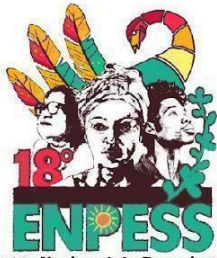
Como populações historicamente frágeis nos aspectos políticos e econômicos tornaram-se público por excelência da PAS, a qual ainda perpassada por uma lógica de equidade e de compreensão das múltiplas determinações que conformam a sociedade brasileira, essas comunidades já socialmente adaptadas ao sistema do capital, marcadas pela venda da sua força de trabalho, como a Pitaguary, essa relação se dá muitas vezes de forma truncada, pois apesar do longo período de adaptação à ordem nacional, os Pitaguary, ainda traz elementos na sua forma de ver o conjunto social, que remontam à sua ancestralidade.

5. Conclusão

A desigualdade étnica indígena, fruto de um projeto de colonialidade, nos chama para um posicionamento mais diretivo no campo da defesa do direito de viver e a viver com dignidade. Essa histórica situação se agudiza na sociedade moderna pela contínua onda de crises nos aspectos econômicos, sanitários, democráticos, políticos, ecológicos, dentre outras, e que nos impõem desafios em vários campos como a produção e distribuição de riqueza, o trabalho e a seguridade social. A onda neoliberal, infringi espoliação às populações originárias tanto as que vivem em áreas preservadas, ricas em recursos minerais e vegetais; como àquelas que vivem em espaços urbanos ou em seus arredores seja pela especulação imobiliária, seja pelo rebaixamento de suas condições de acesso à produção e redistribuição da riqueza socialmente produzida. São assim, populações que facilmente se enquadram em perspectivas da exclusão, vulnerabilidade, risco e pobreza.

O cenário que se desenha no horizonte é preocupante e provocador principalmente no tocante as respostas que serão necessárias no campo da proteção social, em especial na

²⁰ Os principais fatores que impedem o avanço nesse processo de ampliação de ações positivas, situam-se, no nível macro, pela verticalização dos programas, projetos e ações e que muitas vezes se chocam com a perspectiva da coletividade. A nível micro político, ainda é recorrente a intermediação política de vereadores para a realização mais rápida de questões particulares. Questões essas que também fazem parte do coletivo. É a expressão ainda presente do personalismo, traço político cultural do Brasil. A burocracia, outro elemento impeditivo de ações que poderiam ser efetivadas de forma mais rápida e eficaz, acaba por provocar o desânimo pela demora na resolução das questões. E não menos importante a articulação política dentro da própria etnia, que esbarra em interesses muitas vezes pessoais, impedindo o fluxo das justas demandas da comunidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

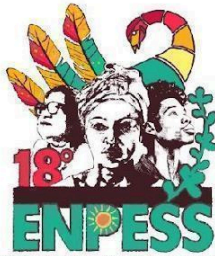
assistência social, as quais parecem se avolumar decorrente da estagnação econômica o que reforça o ideário do Governo Federal em uma política ultraliberal, voltada para a abertura do mercado internacional, para exploração do solo e subsolo (garimpagem, perfuração de petróleo), do desmatamento (ampliação da agroindústria), venda de estatais, dentre outras medidas desregulatórias do mundo do trabalho. Isso aprofunda o fosso entre as camadas sociais e ao mesmo tempo em lança parte da população nas zonas de pobreza e extrema pobreza ao mesmo tempo em que inviabiliza a saída dos que lá se encontram.

Adequar os termos e trabalhar pobreza, vulnerabilidade e risco social em comunidades tradicionais exige um esforço técnico, teórico e dinamicidade na conformação de interesses. Exige um posicionamento ético e uma orientação política, pois, ou se “aprisiona” essas comunidades à lógica do capital, ou lhes oferece um caminho de criticidade contra as armadilhas do seu sistema sociometabólico, que sob a forma de “ovelha”, silenciosamente aguarda o momento de fazer surgir o “lobo” predador.

Portanto, trabalhar vulnerabilidade e risco social junto a populações originárias exige um mergulho crítico na formação social brasileira e no discurso liberal de igualdade para todos, objetivando perceber o conteúdo excludente desse processo e assim encontrar caminhos para uma proposta de ruptura dessa colonialidade que perdura há 521 anos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maurení. **Povos Indígenas e a Política Pública de Assistência Social: a experiência do CRAS Indígena Pitaguary**. Monografia Especialização. UNB, 2010.
- BEZERRA, Leila Maria Passos de Souza. **Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza-Ce**. Trabalho apresentado na V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Terezina/Pi. 2011
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientação sobre o Trabalho Social com Famílias Indígenas** 1 ed, v.1. Ed. Brasília, 2016a. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Atendimento a Povos e Comunidades Tradicionais na Proteção Social Básica** 1 ed, v.1. Ed. Brasília, 2017a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. 2004.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BRASIL. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-1ª Brasília-DF, 2009. 72 p.**

CEPAL. **Povos Indígenas e Pobreza: enfoques multidisciplinares.** ONU.2015

FÓRUM NACIONAL DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, MISÉRIA E PELA VIDA.
Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (II), 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 1998,

KOWARICK, Lúcio. **Sobre a vulnerabilidade econômica e civil Estados Unidos, França e Brasil.** REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 18, nº. 51.2018.

ONU News. **Povos indígenas estão entre os mais pobres da América Latina.** Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2016/02/1541061-povos-indigenas-estao-entre-os-mais-pobres-d-a-america-latina>>. Acesso em 06/07/2018

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** Augurium Editora, São Paulo, 2004.